



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO DA PANDEMIA: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES

*YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE PANDEMIC SCENARIO: REFLECTIONS AND
PROPOSITIONS*

Resumo. Este artigo é um recorte da pesquisa “Os impactos da utilização das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no estado da Bahia no contexto da pandemia da COVID-19”, institucionalizada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e conduzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais e Educação do Campo e da Cidade (GEPEDMDECC). Busca-se analisar os desafios da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado da Bahia face ao ensino remoto durante a pandemia da COVID-19, bem como refletir sobre as ações realizadas nesse campo da educação. A pesquisa, de abordagem qualitativa, se pautou na análise documental e produção de dados. O instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário semiestruturado, elaborado a partir de plataforma *survey*, disponibilizado por meio de redes sociais e e-mails. Os dados

sinalizam que a EJA possui muitos desafios para concretizar o ensino remoto durante o período de crise sanitária, principalmente pela necessidade de inclusão tecnológica do professor e estudantes, além de propostas pedagógicas e curriculares que atendam o contexto social e especificidades dos sujeitos da EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; pandemia de COVID-19; ensino remoto.

Abstract. This article is an excerpt from the research “The impacts of the use of educational technologies through remote teaching in school activities in municipalities located in the state of Bahia in the context of the COVID-19 pandemic”, institutionalized by the State University of Southwest Bahia and conducted by the Study and Research Group of Social Movements and Education in the country



Solange Balisa Costa

Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)

Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos

Universidade do Estado da Bahia

Janille da Costa Pinto

Rede Municipal de Ilhéus-BA

Adenilson Souza Cunha Júnior

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

and the City. It seeks to analyze the challenges of Youth and Adult Education in the state of Bahia in the face of remote education during the COVID-19 pandemic, as well as reflect on the actions taken in this field of education. The research, with a qualitative approach, was based on document analysis and data production. The instrument used for data collection was the semi-structured questionnaire, elaborated from a survey platform, made

available through social networks and emails. The data indicate that EJA has many challenges to implement remote teaching during the period of sanitary crisis, mainly due to the need for technological inclusion of teachers and students, in addition to pedagogical and curricular proposals that meet the social context and specificities of the EJA subjects.

Keyword: Youth and Adult Education; COVID-19 pandemic; remote teaching.

1. Introdução

A crise sanitária provocada pela COVID-19 impactou o Brasil em toda sua estrutura social, política e econômica. Essa crise sanitária, que passou a ser considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia, modificou as relações sociais em diversas esferas, inclusive na educação, que teve suas atividades presenciais suspensas em decorrência da orientação para o distanciamento social com o fito de diminuir a propagação do vírus.

O primeiro caso da doença no país foi relatado pelas autoridades de saúde no final do mês de fevereiro de 2020, gerando consequências emergentes e ainda imprevisíveis para o campo da educação em toda sua dinâmica. No Brasil, em 17 de março de 2020 o Ministério da Educação (MEC) publicou a portaria nº 343, indicando a substituição das



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

aulas presenciais por atividades que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação nas instituições de ensino durante o período da pandemia (BRASIL, 2020).

É importante destacar que inicialmente a portaria supracitada só fez menção ao ensino superior, sendo posteriormente ampliada para as demais modalidades de ensino conforme notada esclarecimento divulgada em 18 de março de 2020, fundamentada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, onde assegura:

Art. 32 [...] § 4º - O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. [...] Art. 36 [...] § 11º - Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação à distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: [...] VI - cursos realizados por meio de educação à distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (BRASIL, 1996, p. 23).

Tendo em vista as implicações decorrentes da suspensão das aulas presenciais e, conseqüentemente, a utilização das atividades mediadas pelas tecnologias denominadas de ensino remoto como alternativa para manter as atividades escolares, este artigo objetiva analisar os desafios da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Bahia, frente a esse “novo” tipo de ensino no contexto da pandemia da COVID-19, uma vez que a EJA por sua natureza e constituição histórica, além das especificidades do público a qual se destina, se encontra em grande vulnerabilidade nas legislações promulgadas durante o período



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

pandêmico. Assim, buscamos responder ao seguinte questionamento: quais os desafios que a EJA está enfrentando para concretizar o ensino remoto durante a pandemia da COVID-19?

Para tanto, busca-se investigar quais ações precisam ser realizadas na EJA para concretizar o ensino remoto na visão dos professores que atuam nessa modalidade, verificar se o ensino remoto assegura o acesso e aprendizagem dos alunos da EJA e analisar se esses professores estão preparados para inserir o ensino remoto na sua prática docente.

O artigo está estruturado a partir de uma breve introdução, em seguida apresenta uma revisão de literatura que discute sobre a pandemia e os impactos na modalidade EJA. Dando sequência, apresenta os passos metodológicos, guiado pela abordagem qualitativa e descritiva. Para coleta de dados utilizamos um questionário criado através de plataforma *survey*¹, com questões semiestruturadas, que foram divulgadas a partir das redes sociais digitais e por *e-mails*. Em seguida apresenta a análise dos dados, onde destaca a efetivação do ensino remoto na perspectiva dos professores da EJA. Por fim, expõe breves considerações sobre a temática analisada.

As reflexões aqui apresentadas foram construídas no intuito de demonstrar o cenário em que se encontra a EJA no estado da Bahia, mediante o olhar dos professores

¹ É um tipo de pesquisa de campo baseado em pesquisas quantitativas (BABBIE, 1999), onde o pesquisador interroga os sujeitos identificados na pesquisa e a partir dos dados coletados estaticamente, faz-se a análise para chegar as generalizações.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

que atuam nessa modalidade e que se depararam com a necessidade de buscar e conhecer “o novo” para incorporá-los no seu cotidiano pedagógico e possibilitar o aprendizado dos alunos.

2. A pandemia e os impactos na modalidade EJA

No final do ano de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu a notificação de que uma pneumonia viral de causa desconhecida havia sido detectada na cidade de Wuhan, na China. Inicialmente o nome do vírus causador da doença definido pela OMS como 2019-nCoV, sendo classificada em 11 de fevereiro de 2020 como COVID-19, que significa Corona Vírus *Disease* (Doença do Coronavírus), enquanto “19” refere-se ao ano de 2019, quando os primeiros casos foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro daquele ano (BRASIL, 2020a).

Diante do cenário pandêmico da doença, se impôs uma série de medidas de proteção que impactaram diretamente no cotidiano da população mundial, com incisivas recomendações para o distanciamento social como forma de retração do vírus. A partir de 11 de março de 2020 a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia e, desde então, tem determinado importantes repercussões clínicas, sociais, políticas e econômicas.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

No Brasil, os Estados da Federação, Distrito Federal e os Municípios, editaram decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, os quais inclui a suspensão das atividades presenciais nos estabelecimentos de ensino. Com essa medida, tanto as escolas quanto outras instâncias da sociedade tiveram que se adaptar ao novo momento e criar estratégias com objetivo de amenizarseus impactos.

Diante desse contexto, a educação passou por novos desafios, entre eles a necessidade de garantir o direito de todos ao acesso e permanência na escola, que está assegurada pela Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988, onde define a educação como: “Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art.205). Logo, ocorreu também a necessidade de assegurar esse direito durante o período pandêmico.

A Constituição Federal de 1988 destaca que ensino deve ser ministrado tendo como um dos seus princípios a “I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” (BRASIL, 1988, Art. 206). Contudo, a pandemia da COVID-19 obrigou a suspensão das atividades escolares presenciais, levando os sistemas de ensino aderirem ao ensino remoto, baseadas nas portarias e resoluções do MEC e do Conselho Nacional de Educação (CNE).



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Ressaltamos que o MEC publicou a primeira Portaria (nº 343) em 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020), autorizando a substituição das aulas presenciais por aulas digitais. Já o CNE estabeleceu através do Parecer nº 5/2020 aprovado em 28 de abril de 2020 (BRASIL, 2020c), a reorganização do Calendário escolar e da possibilidade do cômputo de atividades não presenciais para cumprimento da carga horária mínima anual.

Posteriormente, em 16 de junho de 2020, o MEC publica nova Portaria (nº 544) autorizando a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia:

[...] em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologia de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020d, p. 2).

Com a promulgação desses documentos no âmbito da União, os Estados, Municípios e Distrito Federal, tiveram autonomia para criar suas próprias legislações de acordo com seus contextos como fito de efetivar o ensino remoto.

Na Bahia, Conselho Estadual de Educação (CEE) editou a Resolução nº 27 de 25 de março de 2020 que:



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial, enquanto permanecerem os atos decorrentes do Decreto Estadual nº. 19.529, de 16 de março de 2020, que estabelece as medidas temporárias para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID19 (BAHIA, 2020, p. 1).

A posteriori, o CEE complementou essa Resolução anterior pela nº 37 de 18 de maio de 2020, que traz no seu artigo 2º que: “O regime especial de aplicação de atividades curriculares nos domicílios dos estudantes se caracteriza pela realização de trabalhos escolares planejados pela escola para serem desenvolvidos por processos remotos à mesma” (BAHIA, 2020a).

Entretanto, compreende-se que o ensino remoto não garante a continuidade do atendimento educacional a todos os sujeitos em virtude de suas condições sociais, econômicas e geográficas que residem, principalmente porque o estado da Bahia possui uma área territorial de 564.760,427 km², com 417 municípios (IBGE, 2020) e realidades geoespaciais e econômicas distintas.

Deste modo, vislumbra-se que o ensino remoto não consiga se efetivar em sua totalidade, sobretudo quando se relaciona à qualidade desse tipo de oferta. Em relação à qualidade, recorreremos ao pensamento de Moran (2000, p.14) quando associa o termo como sendo “organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

coerente, aberto, participativo; com infraestrutura adequada, atualizada, confortável; tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas”.

Assim, a educação baiana precisa atentar para a grande parcela de estudantes que residem nas periferias, no campo, nas comunidades quilombolas e indígenas, não têm acesso à internet e demais meios tecnológicos. Ademais, a realidade socioeconômica retrata a ausência de recursos financeiros por parte das famílias para custear o acesso à internet e comprar aparelhos tecnológicos.

Nesse cenário, as redes de educação formal na Bahia, em seus diferentes níveis, começaram a criar estratégias para se adaptar ao atípico período de pandemia: normatizaram a substituição de disciplinas presenciais por aulas mediadas por meios e tecnologias de informação e comunicação e reorganizaram suas atividades acadêmicas. No entanto, percebemos que dentre as novas legislações nacionais para contemplar o período pandêmico não foram levadas em consideração às especificidades da EJA. Logo, as orientações que essa modalidade seguiu foram justamente as gerais atreladas às demais etapas da educação básica.

Destacamos que as políticas públicas voltadas para a EJA ainda são relativamente recentes e marcadas por lutas, avanços e retrocessos, pois a história constitutiva dessa modalidade de ensino é marcada por exclusões e negação de direitos.

Para Fávero e Rivero (2009), a EJA, além de ser um campo em disputas, tem sido espaço de reprodução das mazelas que o próprio país produziu a estes sujeitos.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A CF (1988) reconheceu o direito de todos à educação, ao afirmar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, independentemente da idade. Posteriormente a LDB (1996), incorporou uma mudança conceitual ao substituir a denominação Ensino Supletivo por Educação de Jovens e Adultos, que é avaliada de forma positiva por profissionais da área como Soares (2002, p. 12) que destaca:

A mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo "ensino" se restringe à mera instrução, o termo "educação" é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação.

Com base no exposto, a mudança de nomenclatura propiciou uma ampliação na concepção da EJA haja vista que o termo educação abrange a uma formação em sua totalidade em um processo contínuo. Nesse contexto, a EJA também

representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas (BRASIL, 2000e, p. 5).

Salientamos também que as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000) representa uma conquista para essa modalidade da educação, visto que preconiza o processo permanente de educação ao longo da vida, superação da



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

função de recompensar a escolaridade não realizada. Essas diretrizes norteiam o currículo da EJA nos mais diversos ambientes escolares. Contudo, tem-se notado que esse documento ainda não potencializou o desenvolvimento de políticas públicas que realmente assegure a qualidade do serviço ofertado.

Atualmente, como já destacado, percebemos a fragilidade das orientações para a EJA nas legislações propostas para esse período de distanciamento social. Encontramos tentativas de superar antigas deficiências que só aumentam com a inserção do ensino remoto, que precisa considerar as condições de vida dos estudantes, para haver harmonia na rotina de estudos e de trabalho. Podemos destacar o Parecer do CNE/CP Nº: 5/2020 que destaca:

Enquanto perdurar a situação de emergência sanitária que impossibilite as atividades escolares presenciais, as medidas recomendadas para o ensino fundamental e para o ensino médio, na modalidade EJA, devem considerar as suas singularidades na elaboração de metodologias e práticas pedagógicas, conforme Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000 e a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 que estabeleceu as DCN's para a Educação e Jovens e Adultos (EJA), e a Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010, que instituiu Diretrizes Operacionais para a EJA (BRASIL, 2020c, p. 14).

Percebemos que o documento supracitado reforça a necessidade de se observar o que preconiza as legislações específicas da EJA. Contudo, nessas legislações não contempla especificidades de um período pandêmico, muito menos de como concretizar



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

o ensino remoto. Assim, fica evidente o quanto os sujeitos da EJA são privados de usufruírem seus direitos ao longo da história, uma vez que as políticas estabelecidas para tal modalidade seja na forma como são pensadas ou implementadas, não possibilitam a inclusão educacional desses sujeitos dentro de uma perspectiva emancipatória como destacada por Marx (2008).

Portanto, entendemos que a prática pedagógica na EJA mesmo durante o período pandêmico, deve ser pautada nas interações pessoais, vivências, diálogo e formação institucionalizada, que se circunscreve dentro do ambiente escolar. Além de ser fundamentada em metodologias que valorizam as concepções de ensino, de aprendizagem e de avaliação que permitam aos professores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de uma “transformação emancipadora. É desse modo que uma contra consciência [...] poderia realizarsua grandiosa missão educativa” (MÈSZÁROS, 2005, p. 57-58).

3. Aspectos metodológicos da pesquisa

A pesquisa se fundamenta na abordagem qualitativa, pois tem em sua fonte direta de dados o ambiente natural, onde além do pesquisador ser considerado instrumento principal, existe a predominância dos dados coletados a serem descritivos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

No intuito de buscar informações para responder o objetivo da investigação, utilizamos pesquisa documental, na qual foi analisado legislações (Portarias, Decretos, Pareceres e Resoluções) que evidenciaram a substituição das aulas presenciais por atividades mediadas pelos recursos tecnológicos durante o período pandêmico de 2020. Além das legislações que norteiam a educação brasileira, tais como: a CF (1988), LDB (1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA (2000).

Foi realizado a revisão de literatura, onde ocorreu o levantamento bibliográfico, visto que nesse momento se cataloga “referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”, dentre outros (GIL, 2010, p. 32).

Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, CEP 4.130.396, a produção dos dados foi realizada a partir do questionário semiestruturado, elaborado na plataforma do *surveymonkey* e encaminhado por meio das redes sociais digitais, bem como *e-mails*, para os professores que atuam em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas do Brasil (com predominância do estado da Bahia).

Para interpretação e análise dos dados, seguiu-se a análise do conteúdo que consiste:

No conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN,1977, p. 42).

Assim, na análise de conteúdo foi realizado a identificação das respostas que os participantes registraram a respeito do tema. Posteriormente se realizou a descodificação do que foi comunicado, por meio da análise de categorias que foram interpretadas com base no materialismo histórico dialético a partir do direcionamento dos estudos em Marx (2008), Bardin (1977), Arroyo (2005), Moran (2000) e Freire (1996), dentre outros autores.

4. O ensino remoto na perspectiva dos professores da EJA

A pesquisa contou com a participação 756 professores de diversas cidades do Brasil, com destaque para a participação de 735 docentes dos municípios da Bahia. Dentre esses participantes apenas 14,25 % atuam na EJA. Isso mostra que temos poucos profissionais que atuam nessa modalidade e conseqüentemente poucas turmas. Fato esse comprovado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que aponta uma queda de 7,7% no número de alunos nessa etapa e uma



Solange Balisa Costa
 Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
 Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
 Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

redução de matrículas também no Ensino Fundamental de 8,1% e no Ensino Médio de 7,1%. Ademais, a EJA segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2019 tinha o total de 3.273.668 matrículas (INEP, 2020).

Cabe mencionar que em específico, no estado da Bahia, em 2019 a matrícula na EJA do Ensino Fundamental de 211.290 e do Ensino Médio de 109.361, como podemos ver na figura a seguir.

FIGURA 1: MATRÍCULA INICIAL DO CENSO ESCOLAR (2019)

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial												
	Ensino Regular										EJA		
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial		
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais		Parcial	Integral	Fundamental	Médio	
Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral						
BAHIA													
Estadual Urbana	43	0	16	0	911	62	113.426	15.207	425.612	11.842	20.801	103.110	
Estadual Rural	19	0	782	0	1.991	0	4.471	166	29.886	455	1.706	5.480	
Municipal Urbana	36.685	74.013	140.549	18.125	476.519	53.686	367.032	60.479	1.347	43	128.914	578	
Municipal Rural	21.755	15.796	91.443	6.249	266.359	31.130	145.796	39.208	2.052	5	59.869	193	
Estadual e Municipal	58.502	89.809	232.790	24.374	745.780	84.878	630.725	115.060	458.897	12.345	211.290	109.361	

Fonte: INEP (2020).

É importante ressaltar que o público que estuda na EJA em sua maioria são pessoas que não tiveram condições de acesso e permanência na escola na idade regular, fruto da desigualdade social que afeta diretamente aqueles com menores condições financeiras. Segundo o QEdu (2020) no estado da Bahia o índice de distorção idade-série em 2017 no Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) de cada 100 alunos aproximadamente 20 % estavam em atraso escolar de 2 anos ou mais. E nos Anos Finais (6º ao 9º ano) era de 30 %. Já no Ensino Médio (1º ao 3º ano) foi de 44%.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Diante da pandemia da COVID-19 o ensino remoto tem sido uma alternativa amparada legalmente a nível Nacional, Estadual e Municipal, com o propósito de não parar totalmente as atividades escolares. Assim, esses documentos legais dispõem sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, visto que as aulas presenciais foram suspensas. Entende-se por ensino remoto, uma transposição da dinâmica da aula presencial para o ambiente virtual que dependerá muito do acesso à internet tanto pelo professor, quanto pelo aluno.

Mediante essas informações questionamos os participantes da pesquisa se a escola em que trabalham adotou o ensino remoto como alternativa à suspensão das aulas presenciais. Verificamos que 41,30% aderiram ao ensino remoto, 35,99% afirmaram que não aderiu e 22,71% marcaram que utilizam parcialmente.

Observamos que se somarmos o quantitativo dos que responderam sim e os que responderam parcialmente, teremos uma porcentagem maior que 60%. Isso nos mostra que o ensino remoto têm sido a alternativa encontrada pela maioria das unidades escolares para manter as atividades pedagógicas durante o período pandêmico.

Nesse contexto, percebemos que diante da realidade do público da EJA essas atividades pedagógicas que podem ocorrer através de transmissão em tempo real das aulas para os alunos, gravações de vídeo aulas pelo professor, envio de atividades por e-mail, plataformas virtuais de aprendizagens, aplicativos e redes sociais, poderão



Solange Balisa Costa
 Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
 Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
 Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

acarretar entraves no processo de ensino e aprendizado, pois segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-TIC):

é possível constatar que a maioria dos domicílios na Bahia (94,7%) tem acesso a aparelhos de televisão (de onde se deduz um acesso expressivo a aparelhos de rádio). Tais equipamentos, entretanto, funcionam por broadcasting, ou seja, em via única: o estudante consegue apenas receber informações, e não interagir com elas (ou seja, transmiti-las de volta). A mesma pesquisa indica que a internet é usada em apenas 66,2% dos domicílios do estado, sendo feita majoritariamente por meio de telefones celulares (BAHIA, 2020b, p. 16).

Nesse sentido, questionamos aos professores qual a sua conexão de rede para o acesso à internet, visto que no ensino remoto se faz necessário o professor e aluno possui o acesso à internet com qualidade. Constatamos que a maioria (41,40%) dos participantes acessam a internet *Wifi* (compartilhada com amigos e vizinhos), de acordo com o Quadro 1.

QUADRO 1- QUAL A SUA CONEXÃO DE REDE PARA ACESSO A INTERNET

OPÇÕES DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
Via rádio	4,23%
Internet móvel (celular)	27,65%
<i>Wi-fi</i> (compartilhada com vizinhos, amigos, etc)	41,40%
Outra forma de conexão	24,87%
Não se aplica	1,85%

Fonte: Dados da pesquisa.



Solange Balisa Costa
 Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
 Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
 Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Notamos que esses profissionais da Educação, enquanto trabalhadores da sociedade capitalista na qual vivemos, são “obrigados” a utilizar internet de uso pessoal para realizar seu trabalho docente no formato de ensino remoto. Evidenciando assim, a precarização do trabalho docente e principalmente a mais valia tão discutida por Marx (2008), uma vez que profissional utiliza sua força de trabalho, a internet e energia da sua residência para realizar o trabalho sem receber uma remuneração a mais relativo a esses gastos pessoais desse trabalhador.

Nesse sentido, esses professores embora considerados improdutivos por não produzir mais-valia, ele trabalha para sustentar e manter a ideologia do Estado capitalista. Isso mostra que o mesmo é explorado e desvalorizado pelo Estado capitalista, e o baixo salário pago a estes é um dos principais aspectos reveladores deste fato, onde a maioria não recebe uma remuneração digna para o seu sustento e de sua família.

Posteriormente, buscamos conhecer como os professores independentes da etapa ou modalidade de lecionam consideram a aprendizagem dos seus alunos nesse formato de ensino remoto. Verificamos que somente 8,33% afirmaram que a aprendizagem está ocorrendo, conforme o Quadro 2 a seguir:

QUADRO 2 - COMO CONSIDERA A APRENDIZAGEM DOS SEUS ALUNOS NESTE CONTEXTO:

OPÇÕES DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
Está acontecendo	8,33%
Não está acontecendo	15,21 %
Está acontecendo parcialmente	47,75 %



Solange Balisa Costa
 Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
 Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
 Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Não se aplica	28,70 %
---------------	---------

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apontam que os impactos negativos da pandemia da COVID-19 se manifestam não apenas em um problema epidemiológico, mas também no processo de aprendizagem. De maneira geral, constatamos com base na pesquisa que muitos alunos estão conectados à internet e fazem uso de redes sociais e aplicativos diversos. Entretanto, na EJA, devido às questões geracionais, encontramos nas salas de aula adultos e idosos, provindo de uma geração de “imigrantes digitais”, que “tiveram que aprender à força a fluência digital imposta pela contemporaneidade” (MORAN, 2000, p. 20).

De acordo com Bonilla e Souza (2011, p. 97), o estranhamento com o digital em rede “pode provocar aproximação e busca pelo novo, ou afastamento, caso o sujeito não encontre apoio, valorização e respeito ao seu ritmo e à sua própria cultura”. Assim, como os alunos que frequentam as turmas da EJA são pessoas que advêm da classe proletarizada e excluída da sociedade. Não tiveram muitas oportunidades de interagir com as tecnologias digitais até então. E durante o ensino remoto precisarão de maior atenção dos professores, para não excluí-los do processo pedagógico, visto que já foram prejudicadas anteriormente pelo sistema capitalista.

Por fim, buscamos saber dos professores quais ações precisam ser realizadas para a EJA concretizar a educação de qualidade e para todos, durante o período pandêmico,



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

bem como a execução do ensino remoto. Para tanto, essa questão foi descritiva, onde os participantes puderam registrar livremente suas opiniões. Assim, analisamos, interpretamos e categorizamos os discursos de 103 (cento e três) participantes que responderam essa questão em três categorias, a saber: vínculo, contexto social e tecnologia. As mesmas foram eleitas pela sua frequência nas falas dos professores.

A primeira categoria denominada vínculo, foram relacionadas as falas dos professores que destacam a importância de manter o contato com seus estudantes da EJA, para que os mesmos possam manter o vínculo com a escola e com o estudo, como podemos destacar o registro da professora 14 (2020) “É preciso acolher essas pessoas e dar condições para que mantenham vínculo com a escola e continuem a produzir conhecimento, aperfeiçoar a leitura e escrita”.

Percebemos mediante essa fala a preocupação com a evasão escolar que é um dos maiores percalços dessa modalidade, como aponta Arroyo (2005):

os índices de abandono naEJA, que tenta se escolarizar ainda que com tímidas flexibilizações, refletem que nem com um estilo escolar mais flexível eles e elas conseguem articular suas trajetórias de vida e as trajetórias escolares (ARROYO, 2005, p. 46).

Cabe destacar que a identidade dos alunos da EJA está intrinsecamente permeada pela desigualdade social que reina em nosso país, essas raízes são profundas e nem mesmo a democratização do ensino que garante a escolarização como um direito do cidadão, foi capaz de acabar com a exclusão social dos estudantes que frequentam esta



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

modalidade de ensino. Fruto das antigas relações de dominação e exploração, que se perduram até hoje nas novas relações de trabalho (MARX, 2008).

A segunda categoria diz respeito ao contexto social em que os professores, alunos, escola e comunidade estão inseridos nesse período de pandemia. Logo, percebemos a preocupação dos docentes em trabalhar em sala de aula com temáticas relacionadas ao contexto social dos estudantes, como podemos destacar na fala da professora 22 (2020): “trabalhar conteúdos relacionados a pandemia e a realidade em que vivem”. E da professora 26 (2020) “Trabalhar temas voltados à realidade do contexto atual com os alunos”.

Desse modo, percebemos que trabalho pedagógico deve ser realizado de forma contextualizada, já defendida por Freire (1996), onde ressalta que a tarefa do educador, não é de transmissão do conhecimento já produzido, mas sim, de problematizar aos educandos o que os mediatiza, em um ato constante de desvelamento da realidade e com caráter reflexivo. Corroborando com as ideias de Moran (2000, p. 17) que diz: “alunos motivados, aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los melhor”.

A terceira e última categoria refere-se às tecnologias. Nessa categoria, verificamos a preocupação quanto ao acesso à internet, as atividades remotas e online, dificuldade de utilização das ferramentas tecnológicas pelos alunos e professores da EJA, como podemos destacar na fala da professora 43 (2020): “Não sei como atuar com a EJA de maneira EAD. A carência dos alunos são maiores que o do ensino normal”.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Verificamos nos registros dos participantes nessa categoria a angústia em ter que inserirem sua prática docente as tecnologias, embora não tenham realizado cursos de formação continuada que lhes favoreçam a inserção tecnológica em suas aulas como bem pontua Kenski (2012, p. 48):

É preciso que esse profissional tenha tempo e oportunidades de familiarização com as novas tecnologias educativas, suas possibilidades e seus limites, para que na prática, faça escolhas conscientes sobre o uso das formas mais adequadas ao ensino de um determinado tipo de conhecimento, em um determinado nível de complexidade, para um grupo específico de alunos e no tempo disponível.

Cabe pontuar que o professor precisa encontrar a forma mais adequada e tecnologias também para alcançar os objetivos. Mas, salienta que, não existe receita pronta. Cada professor deve refletir sobre sua prática pedagógica, como ressalta Moran (2000).

Foi destacado também a dificuldade enfrentada pelos alunos que frequentam a EJA, como destaca a professora 60 (2020): “Esse público necessita de um acompanhamento mais específico, por não ter tanta habilidade com as novas tecnologias”. Entendemos que, aliada a essa falta de habilidade tecnológica, muitos alunos da EJA também ficaram um tempo afastado do processo de escolarização e são oriundos da geração de imigrantes digitais. Logo, precisam aprender a utilizar as mídias digitais para assim, poder inseri-las em suas atividades escolares.



Solange Balisa Costa

Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)

Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos

Universidade do Estado da Bahia

Janille da Costa Pinto

Rede Municipal de Ilhéus-BA

Adenilson Souza Cunha Júnior

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Em suma, percebemos que é necessário pensar em uma proposta de educação durante o período pandêmico que também dê conta da realidade do público da EJA. Para tanto, entendemos que nesse período pandêmico a educação ofertada para o público da EJA precisa ser revisitada para envolver realmente a classe trabalhadora, que possa ser pautada na superação das estratégias alicerçadas no presente e que vislumbrem as perspectivas de transformação revolucionária das condições vigentes.

Desse modo, precisamos de investimentos na formação continuada do professor para conseguirem inserir as tecnologias em suas práticas e assim poder mediar o processo de aprendizagem dos estudantes da EJA que devido a suspensão das aulas na pandemia estão mais distante da escola e com potencial de evadir.

Portanto, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético e, considerando a atual conjuntura brasileira, onde o incessante processo de reconfiguração do capitalismo se alia ao fortalecimento da extrema direita, reconhecemos que o tempo pede compromisso para que a EJA tenha prioridade nas políticas educacionais.

5. Considerações finais

Conclui-se que o presente estudo possibilitou reflexões importantes e atuais em torno dos desafios que a EJA na Bahia está enfrentando e poderá enfrentar com a



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

materialização do ensino remoto durante o período pandêmico que atingiu a humanidade no final de 2019 e que perdura em seus desdobramentos.

Mediante o cenário pandêmico, o MEC e demais conselhos e redes estaduais e municipais de ensino necessitam dialogar, na tentativa de concretizar o atendimento educacional de forma remota.

Evidenciamos que um grande desafio que a EJA enfrentou para concretizar o ensino remoto durante a pandemia da COVID-19 foi o de familiarizar os alunos com o formato ensino remoto, onde os professores planejaram e produziram atividades impressas ou selecionam dos livros didáticos e os estudantes retiravam e devolviam na escola, não havendo um contato mais próximo para explicação e sanar dúvidas desses estudantes.

Nesse cenário, os estudantes da EJA demandavam ainda maior necessidade de orientação dos professores para realizar as atividades, alguns não o fizeram com autonomia e principalmente pela ausência de motivação para superar as dificuldades que a sociedade ao longo de sua vida lhe impôs.

Observamos ainda que os professores não estão preparados para inserir o ensino remota na sua prática docente da EJA, visto que não tiveram uma formação inicial e continuada que lhe possibilitasse o domínio das ferramentas tecnológicas para assim, poder mediar a aprendizagem de seus alunos. Além disso, se associa a falta de recursos



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

nas instituições escolares e a fragilidade das habilidades tecnológicas que os alunos da EJA possuem.

Constata-se que na ótica dos professores da EJA as ações que precisam ser realizadas para concretizar o ensino remoto envolve a necessidade de manter o vínculo com os alunos durante o distanciamento social e suspensão das aulas, estimulando-os a manter uma rotina de estudos em suas casas. Essas ações pedagógicas precisam estar relacionadas ao contexto social que os alunos vivenciam e agregar o uso das tecnologias digitais, visto que o público da EJA em sua maioria não domina de forma satisfatória esses recursos tecnológicos.

Entendemos que no atual momento é necessário um olhar sensível para as suas particularidades do público da EJA, para assim concretizar o ensino remoto que preze pela equidade de acesso e aprendizagem (com qualidade) dos seus alunos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG 1999.

BAHIA. **Resolução nº 27 de 25 de março**. 2020. Conselho Estadual de Educação (CEE) do estado da Bahia. Disponível em:
<http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/homologadares272020.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BAHIA. **Resolução nº 37 de 18 de maio**. 2020a. Conselho Estadual de Educação (CEE) do estado da Bahia. Dispõe sobre as Normas Complementares à Resolução CEE Nº. 27 de 25 de março de 2020. Disponível em:
http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_37_2020_NORMAS_COMPLEMENTARES_revisada_CDE_mesclado.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

BAHIA. **orientações gerais para os sistemas e as redes de ensino da Bahia**. 2020b. Disponível em: <http://undimebahia.com.br/site/wp-content/uploads/2020/05/Orienta%C3%A7%C3%B5es-Gerais-para-as-Redes-de-Ensino-da-Bahia3.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BARDIN, *Laurence*. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições70, 1977.

BONILLA, Maria Helena Silveira; SOUZA, Joseilda Sampaio de. **Diretrizes metodológicas utilizadas em ações de inclusão digital**. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (org.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**. Coleção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora, 1994.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus-COVID-19. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRASIL. **Relatório de situação da OMS**. Ministério da Saúde. 2020a. Disponível em: <http://saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/22/novo-coronavirus-resumo-e-traducao-oms-22jan20-nucom.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

BRASIL. **Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública. 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. **Parecer cne/cp nº: 5/2020**. Conselho Nacional da Educação. Aprovado em 28 de abril. 2020c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 ago. 2020.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

BRASIL. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus-Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. 2020d.

Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>> Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1344-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>

Acesso em: 15 ago. 2020.

FÁVERO, Osmar; RIVERO, José (Orgs.). **Educação de jovens e adultos na América Latina: direito e desafio de todos.** São Paulo: Moderna/UNESCO, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Área territorial da Bahia.** 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/.html?>. Acesso em 15 ago. 2020.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**. 2020. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206. Acesso em: 15 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Área territorial da Bahia**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/.html?>. Acesso em 15 ago. 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MARX, Karl. **O Processo de produção do capital**. In: _____. O Capital: crítica da economiapolítica. 22.ed. Tradução: Reginaldo Sant'na.: Rio de Janeiro: Civilização, 2008. Livro Primeiro, Vol. II, p. 572-930.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAN, José Manuel. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. In: Moran, José Manuel. Masetto, Marcos Tarcísio; Behrens, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 19ª ed. Campinas, SP: Papirus. 2000.



Solange Balisa Costa
Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (BA)
Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos
Universidade do Estado da Bahia
Janille da Costa Pinto
Rede Municipal de Ilhéus-BA
Adenilson Souza Cunha Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

QEDU. **Distorção idade-série na Bahia**. 2020. Disponível em: https://www.qedu.org.br/estado/105-bahia/distorcao-idade-serie?dependance=0&localizacao=0&stageId=initial_years&year=2017. Acesso em 15 agosto. 2020.

SOARES. Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TODOS PELA EDUCAÇÃO.ORG. **Educação na Pandemia: CNE fala sobre Diretrizes para o aproveitamento do Horário Letivo no Contexto da Pandemia Ensino Remoto**. 2020. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/Educacao-na-Pandemia-Diretrizes-para-o-aproveitamento-do-horario-letivo-pos-pandemia-esta-quase>.

Recebido em 21 de dezembro de 2022

Aprovado em 22 de dezembro de 2022